



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000381150

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1203633-72.2024.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante ISABEL MARIA DE LIMA MORAES (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma V (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CARLOS EDUARDO PACHI (Presidente sem voto), INAH DE LEMOS E SILVA MACHADO E MARCOS DE LIMA PORTA.

São Paulo, 17 de abril de 2025.

RICARDO PEREIRA JÚNIOR

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 3793

APELAÇÃO Nº 1203633-72.2024.8.26.0100

APELANTE: ISABEL MARIA DE LIMA MORAES

APELADA: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

COMARCA: SÃO PAULO

JUIZ(A): ANDREA DE ABREU

Contrato bancário. Cartão de crédito com reserva de margem consignável (RMC). Sentença de improcedência. Insurgência da parte autora pretendendo a procedência da ação. Prova conclusiva da adesão e das consignações sujeitas à “reserva de margem consignável”. Validade do contrato e da cláusula sobre as consignações. Recurso conhecido e improvido.

Vistos.

A r. sentença (fls. 490/492) cujo relatório se adota, julgou a pretensão da parte autora nos autos de “ação declaratória de inexistência de relação jurídica” nos seguintes termos do dispositivo: *“Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTE a ação, nos termos do artigo 487, I, do CPC. Tendo em vista a sucumbência, condeno o autor ao pagamento de honorários advocatícios da parte adversa, que arbitro em 10% sobre o valor atualizado da causa, ressalvada a exigibilidade da obrigação ante a gratuidade da Justiça Gratuita”*.

Inconformada, a parte autora interpõe recurso de

apelação (fls. 495/508), sustentando, em síntese, que (1) o contrato não informou os termos de forma adequada; (2) a cobrança dos valores é abusiva; (3) o contrato juntado aos autos é inválido; (4) as faturas indicam compras realizadas em locais distintos e datas incompatíveis com a possibilidade de a apelante ter feito as transações; (5) inexistente comprovante de TED; (6) dano moral devido; (7) devolução em dobro devida.

Contrarrazões em fls. 512/523.

Em virtude do benefício da gratuidade, não houve recolhimento do preparo.

Autos remetidos a este Núcleo de Justiça em 2º Grau em 06 de março de 2025.

É O RELATÓRIO.

Inicialmente, observa-se que as partes mantêm relação de consumo. Por isso, aplicáveis ao caso as disposições da Lei nº 8.078/90.

A aplicação do Código de Defesa do Consumidor a toda e qualquer relação de consumo encontra respaldo na própria Constituição Federal, a qual consagrou a proteção do consumidor como direito fundamental (artigo 5º, inciso XXXV) e princípio da ordem econômica (artigo 170, inciso V).

A aplicação do Código de Defesa do Consumidor às operações bancárias se encontra pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme súmula 297: "*O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras*".

Está provado que a parte autora aderiu ao cartão de

crédito administrado pela parte ré, através da análise do contrato (fls. 155 e seguintes), com assinatura da parte autora.

Há expressamente menção à modalidade de contratação 'cartão de crédito' (fl. 156), bem como todos os dados necessários, inexistindo qualquer lacuna no dever de informação.

Em fl. 161, encontra-se, aliás, os documentos pessoais da parte autora, bem como o resumo das movimentações financeiras (fls. 163 e seguintes), não prosperando o argumento da apelante acerca da impossibilidade fática de ter realizado as transações, uma vez que reside em Mococa e existiram diversas compras nesta mesma localidade (fl. 141).

Não há, além disso, que se falar em dívida impagável, eterna ou abusiva, vez que para quitação da dívida basta o pagamento integral da fatura e não apenas o valor mínimo.

Nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO CUMULADA COM INDENIZATÓRIA POR DANO MORAL. Autora que alega ter contratado (cartão de crédito consignado RMC) acreditando estar contratando empréstimo consignado. Pleiteia a nulidade da contratação por ausência de consentimento. Sem razão. Banco réu que se desincumbiu do ônus de comprovar a regularidade da contratação, uma vez que trouxe aos autos, com a sua contestação, cópia do contrato assinado pelo autor, no qual constam informações claras de que se tratava de cartão de crédito consignado e não empréstimo consignado, além de comprovar que o valor do saque foi depositado na conta do autor, documentos esses que não foram por ele impugnados de forma específica. Contrato válido. Descontos legítimos. Pedido alternativo de conversão do contrato de cartão de crédito RMC em empréstimo consignado. Descabimento. Ausência

de amparo legal e contratual a embasar este pleito. Sentença de improcedência da demanda mantida pelos seus próprios fundamentos, nos termos do art. 252 do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça paulista. RECURSO NÃO PROVIDO (Apelação Cível nº 1000230-12.2022.8.26.0533. 23ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo. Relator: EMÍLIO MIGLIANO NETO. Data: 11 de março de 2025).

Considerando que a parte autora não trouxe aos autos nenhum indicativo de condição ou doença capaz de lhe diminuir o consentimento, bem como o contrato informa devidamente todos os pontos necessários, infere-se que é inverossímil a versão de que não contratou o cartão de crédito plenamente ciente.

Frise-se ainda que o contrato de cartão de crédito consignado é regulamentado pela Lei nº 13.172/2015, sendo uma modalidade válida e amplamente praticada no mercado financeiro.

A tese apresentada pela parte autora, portanto, não encontra respaldo no conjunto de provas contidas nos autos, não sendo plausível afirmar que não houve a contratação. Não há nos autos qualquer documento idôneo que demonstre que a relação jurídica entre as partes ocorreu de maneira irregular ou ilegal.

De se presumir, ademais, a boa-fé objetiva inerente a todos os contratos no sentido da contratação pela parte autora, a se inferir que conscientemente ela aderiu a uma modalidade de contrato de administração de uso de cartão de crédito consignado.

A propósito, Orlando Gomes prelecionava que:

“Fonte de obrigações, é tamanha a força vinculante do contrato que traduz, enfaticamente, dizendo-se que tem força de lei entre as partes. O contrato deve ser executado

tal como se suas cláusulas fossem disposições legais para os que o estipularam. Quem assume obrigação contratual tem de honrar a palavra empenhada e se conduzir pelo modo a que se comprometeu” (Contratos, Ed. Forense, 1984, 10ª ed., pág. 179).

Por fim, a mera ausência de comprovação da transferência (TED) não invalida o negócio firmado, em especial pela comprovação do uso do cartão pela parte autora. Além disso, ante a ausência de ato ilícito, os danos morais não são devidos, tampouco qualquer restituição em dobro.

Portanto, voto para manter a sentença. Majoro os honorários devidos para 15%, observada a gratuidade concedida.

A oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com efeitos infringentes dará ensejo à imposição da multa prevista pelo artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil.

Considera-se prequestionada toda a matéria constitucional e infraconstitucional discutida, evitando-se, com isso, oposição de embargos de declaração para este fim (Súmulas nº 211 do Superior Tribunal de Justiça e nº 282 do Supremo Tribunal Federal).

Isto posto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso.

RICARDO PEREIRA JÚNIOR

Relator